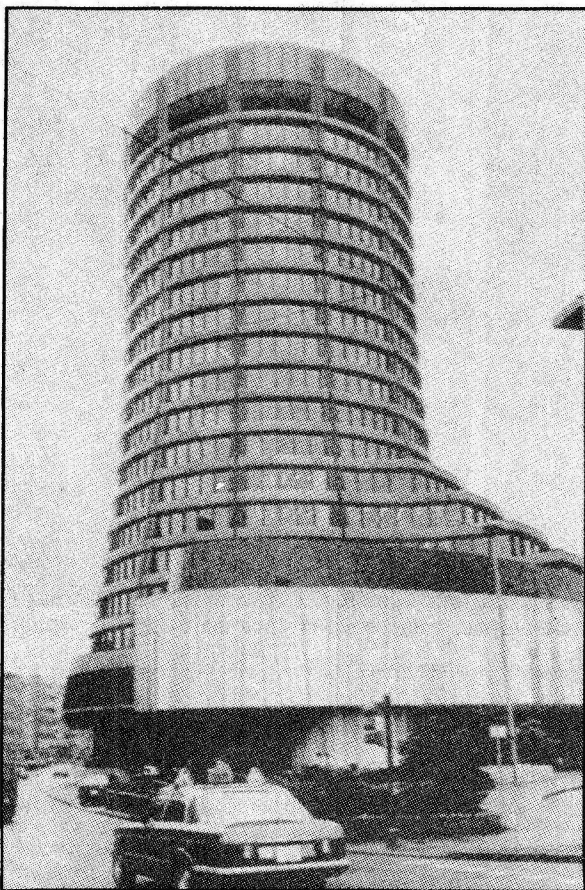


Brasil pagará aos bancos com recursos depositados no BIS

BETH CATALDO

BRASÍLIA — O Governo brasileiro dispõe de fundos suficientes depositados no BIS (Banco de Compensações Internacionais), sediado na Suíça, para realizar o pagamento de US\$ 500 milhões previsto no acordo de curto prazo a ser assinado com os bancos credores internacionais. São recursos de parte das reservas internacionais brasileiras, depositados no BIS, que podem ser rapidamente trocados de conta para efetuar o pagamento aos bancos que participam do acordo de curto prazo da dívida externa do País.

O voto sobre esse acordo de curto prazo, que será submetido ao Conselho Monetário Nacional (CMN), na reunião da próxima segunda-feira, estabelece novas datas para o parcelamento do pagamento de US\$ 500 milhões que cabe ao Governo brasileiro e de US\$ 1 bilhão a serem cobertos pelos bancos credores. A aprovação do CMN foi uma exigência do comitê assessor dos bancos, como garantia da pelas autoridades brasileiras. Os funcionários do Banco Central devem remeter a Nova York, ainda na segunda-feira, cópia do voto aprovado pelo CMN, para que o acordo seja assinado no dia seguinte, terça-feira, como foi previsto nas negociações conduzidas pelo Assessor Especial do Ministério da Fazenda, Fernão Bracher.



A sede do BIS, na Suíça, onde está parte das reservas

No documento que relaciona as características do acordo, está previsto também que o Governo brasileiro será representado no contrato pelo Diretor da Dívida Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, que acompanha Bracher nas negociações em Nova York. Isto significa que o Presidente do Banco Central, Fernando Milliet, não estará presente ao ato de assinatura do contrato, cabendo ao Diretor da Dívida Externa, pelas normas de hierarquia, representar o Governo brasileiro.

Os pagamentos de US\$ 1,5 bilhão, US\$ 500 milhões dos quais a cargo do Brasil, serão parcelados em três vezes. O primeiro desembolso ocorrerá

no próximo dia 22, na proporção dos juros devidos de outubro a novembro deste ano — cerca de dois terços dos pagamentos globais. No dia 30 deste mês serão pagos os valores correspondentes aos juros devidos em dezembro e, finalmente, em 11 de janeiro próximo, os juros referentes apenas ao último dia de dezembro, acrescidos de eventuais diferenças nas contas dos meses anteriores, após o ajuste de números que será feito pelo Banco Central.

Os pagamentos restantes sobre os juros devidos de fevereiro a setembro deste ano, mais US\$ 3 bilhões, sendo US\$ 2 bilhões fornecidos pelos bancos e US\$ 1 bilhão pelo Governo brasileiro, só serão efetuados, em junho do próximo ano, se até lá forem acertados os termos do acordo de médio prazo. Computados todos os pagamentos previstos no acordo de curto prazo, caberá ao Brasil arcar com US\$ 1,5 bilhão e aos bancos, com os restantes US\$ 3 bilhões, a título de empréstimo-ponte ao Governo brasileiro.

No voto preparado para o CMN está previsto que o pagamento deste empréstimo-ponte aos bancos será feito, à vista, na data de 30 de junho do próximo ano, ou antes desse limite, se o acordo de médio prazo tiver sido concluído e os credores desembolsarem recursos ao País para cobertura desses pagamentos.

Os negociadores brasileiros acertaram um **spread** (taxa de risco) de 0,825% acima da **Libor**, para os empréstimos-ponte a serem recebidos pelo País. Os bancos participantes do empréstimo receberão uma comissão de 0,125%. Para os credores que aderiram ao empréstimo-ponte até 26 de novembro passado, o País paga uma comissão adicional de mais 0,125%, cujo valor cai para a metade no caso dos bancos que aderiram apenas de 27 de novembro a 2 deste mês. No caso do Citibank, que é o agente do contrato de empréstimo, está prevista, finalmente, uma comissão especial não detalhada no voto preparado ao CMN, mas que constará do acordo formal a ser assinado no próximo dia 15.

OS DESTAQUES

1 — Os bancos credores exigiram que o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovasse o acordo de curto prazo, a ser assinado na próxima terça-feira. O CMN votará a questão na segunda.

2 — O Brasil pagará US\$ 500 milhões, em três parcelas: nos próximos dias 22 e 30 e em 11 de janeiro. Por sua vez, os bancos depositarão US\$ 1 bilhão, completando os juros do último trimestre de 1987.

3 — Ficarão faltando mais de US\$ 3 bilhões, os juros de fevereiro a setembro. Para o pagamento (US\$ 1 bilhão pelo Brasil e o restante financiado pelos bancos) será preciso um acordo de médio prazo.

4 — O total a ser fornecido pelos credores — US\$ 3 bilhões — será concedido a título de empréstimo-ponte ao Governo brasileiro, cujo pagamento deverá ser feito até 30 de junho do próximo ano.

Latino-americanos discutem a dívida

BRASÍLIA — O Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, participará, na próxima segunda-feira, no Auditório Petrônio Portela, do Senado Federal, da Assembléia Parlamentar Latino-Americana para a Dívida, à qual estarão presentes cerca de 80 parlamentares e técnicos do Continente, que discutirão uma solução para o endividamento externo. O encontro, convocado pelo Parlamento Latino, será aberto pelo Presidente do Senado, Humberto Lucena.